

Dissertação de mestrado analisa as transformações ocorridas em várias áreas entre os anos 1930 e 2000

Pesquisa investiga oscilações da economia fluminense

MANUEL ALVES FILHO
manuel@reitoria.unicamp.br

Dissertação de mestrado elaborada por Robson Dias da Silva, apresentada no Instituto de Economia (IE) da Unicamp, promoveu uma profunda investigação sobre as transformações sofridas pela economia do Rio de Janeiro entre os anos de 1930 e 2000. Dividido

Rio detém hoje 12,5% do PIB nacional

em três partes, o estudo analisa em detalhes a perda da importância relativa do Estado na economia brasileira e aponta, pela primeira vez, em que setores a região obteve crescimento acima ou abaixo da média nacional ou, ainda, queda real. Atualmente, conforme a pesquisa, a economia fluminense depende fortemente das receitas geradas pelo extrativismo mineral [leia-se petróleo e gás natural], situação que ganhou vigor a partir dos anos 90. “O desempenho do Rio é um com o petróleo e outro sem ele”, afirma Silva, que foi orientado pelo professor Wilson Cano.

Para se ter uma idéia da importância do petróleo no contexto atual da economia fluminense, que recentemente tem apresentado crescimento acima da média nacional, basta observar os números relativos à participação dos estados brasileiros na receita total das 100 maiores empresas instaladas no país. Segundo dados de 2003, São Paulo respondia por 38,1% do total daquelas receitas e o Rio de Janeiro por 37,1%. Nesta última cifra, porém, está contida a Petrobrás, que representa metade do montante. Destaque-se que, ao contrário do setor extrativo mineral, a indústria fluminense sofreu perdas de grande dimensão na última década do século passado. De acordo com Silva, essa realidade tem gerado uma crescente preocupação em torno da necessidade de se criar maiores encadeamentos na estrutura produtiva local, de modo a garantir efeitos mais dinâmicos sobre toda a economia.

Há a compreensão por parte de variados segmentos da sociedade de que o Estado não pode manter tamanha dependência de um único setor,

O professor Wilson Cano (à esquerda), orientador da pesquisa de Robson Dias da Silva (à direita): economia depende das receitas geradas sobretudo pelo petróleo



Foto: Antoninho Perri

sobretudo porque este está baseado em recursos naturais finitos. “O desafio está na busca por alternativas que permitam a sustentabilidade da economia”, explica o autor da dissertação. Formado em Economia pela Universidade Federal Fluminense, Silva destaca que uma das motivações para desenvolver o estudo foi a tentativa de oferecer respostas à controvérsia gerada pela tese de doutorado do professor Cano, defendida em 1975. Embora tratasse da concentração industrial em São Paulo, o trabalho também fazia considerações sobre o retrocesso industrial relativo do Rio.

“Em razão da inexistência de trabalhos acadêmicos que contemplassem esse tema de forma mais aprofundada, ampliaram-se as dúvidas e gerou-se uma polêmica, por vezes, distorcida acerca do movimento econômico fluminense. Minha dissertação buscou justamente preencher esse espaço”, esclarece Silva. Assim, antes de chegar ao momento atual do Rio de Janeiro, o pesquisador fez uma investigação minuciosa do comportamento da economia local através dos tempos. Inicialmente, ele

tratou da formação econômica regional, que remonta à inserção do Estado nos fluxos da economia do ouro (século 18). Silva estudou a estruturação das atividades mercantis e financeiras e o papel do setor público na conformação urbano-econômica regional. “Vale destacar que em 1763 a cidade do Rio passou a ser a sede colonial e, mais tarde, a capital brasileira, condição que perdurou até 1960”, lembra.

Na passagem do século 19 para o 20, diz Silva, já é possível identificar o retrocesso relativo da economia do Rio. A indústria fluminense de então começa a perder posição para a paulista. Em 1907, por exemplo, a primeira detinha 37,6% do valor gerado pelo setor industrial brasileiro, enquanto a segunda alcançava apenas 16,2%. Passada pouco mais de uma década, Rio e São Paulo apresentavam, respectivamente, 28,5% e 31,5% de participação. Na segunda etapa da pesquisa, o economista debruçou-se sobre o movimento econômico fluminense durante as etapas de industrialização nacional, compreendidas entre 1930 e 1980. O período, de acordo com Silva, foi

marcado pelo acelerado crescimento econômico do país e pela consolidação de São Paulo como epicentro da economia brasileira. O foco da análise, nesse intervalo específico, foi dirigido à dinâmica econômica regional, a partir das transformações observadas na estrutura “produtivo-terciária nacional” e das modificações institucionais sofridas pelo Rio, em razão da transferência da capital federal para Brasília (1960) e da fusão entre os antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, ocorrida em 1975.

A partir de dados fornecidos por censos demográficos, industriais, comerciais e de serviços, o autor da dissertação calculou as taxas de expansão regional e apurou em quais setores e ramos a economia fluminense cresceu abaixo da média nacional, paulista e do conjunto formado pelas demais economias regionais brasileiras. Com base em aprofundada análise econômica e no exame desses índices, o economista criou o que ele classificou como uma “tipologia do esvaziamento fluminense”, em face do desempenho dos demais recortes regionais.

Silva lembra que, após a transferência da capital federal para Brasília e da fusão com o Estado da Guanabara, o Rio sofreu um impacto financeiro negativo. Perdeu, por exemplo, o status de principal praça bancária do país, título que passou a ser de São Paulo.

Nos anos 70, embora tivesse sido beneficiado com a construção do complexo nuclear em Angra dos Reis e com a consolidação da produção petrolífera, na Bacia de Campos, o Rio não conseguiu acompanhar o crescimento da economia nacional, segundo o pesquisador. Na década seguinte e no início dos anos 90, períodos abordados na terceira e última parte da pesquisa, o Estado enfrentou uma grave crise econômica e social. À época, foi cunhada a expressão “Rio de todas as crises”, em referência à situação regional, que experimentou, ainda, a explosão dos índices de desemprego, violência e favelização. “Se os anos 80 foram considerados a ‘década perdida’ para o Brasil, para o Rio ela foi mais do que perdida”, sustenta Silva. Na ocasião, enquanto o país crescia a taxas de 2,2% ao ano, o Estado não passava de 0,6%.

A despeito desse grave quadro, um setor da economia fluminense passou a sofrer uma fantástica expansão a partir de meados da década de 90, como já mencionado: o extrativismo mineral. Se nos anos 80 o Estado detinha apenas 2% da renda gerada pelo segmento no âmbito nacional, dez anos depois esse percentual já atingia 40%. “Nesse período, é possível verificar o início da retomada da importância relativa do Rio, dado que o Estado passou a crescer acima da taxa nacional”, diz Silva. Embora a indústria de transformação local tenha sofrido perdas reais significativas na mesma época, as rendas geradas pelo petróleo, segundo Silva, induziram a média geral da economia. Atualmente, conforme dados contidos na pesquisa, o Rio detém 12,5% do PIB nacional, contra 10% nos anos 90. Este último período, na visão do economista, merece uma investigação mais aprofundada. Para desenvolver a dissertação de mestrado, Silva contou com bolsa de estudo concedida pela Capes.

Estudo avalia políticas de combate à exploração sexual

Estudo desenvolvido para a tese de doutoramento da enfermeira sanitária Josely Rimoli, intitulado “Direito à delicadeza”, analisa os eixos que orientam as intervenções de um projeto voltado ao resgate do direito à infância de crianças e adolescentes submetidos à exploração sexual. Os objetivos do

Meninas têm entre 10 e 17 anos

trabalho, apresentado à Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp, foram entender esse fenômeno social e registrar como as ações e serviços propostos pelo programa são arranjados no âmbito municipal, de modo a assegurar a prevenção, a proteção e o cuidado das vítimas desse tipo de violência.

Inicialmente, a pesquisadora investigou as causas da exploração sexual infanto-juvenil. Conforme Josely, o problema não está relacionado apenas com a pobreza e a miséria. “Esses fatores contribuem, mas não são os únicos. Outros aspectos, inclusive os de ordem cultural, também têm influência”, afirma. Um dado que reforça essa avaliação vem de uma pesquisa realizada em

várias cidades brasileiras, mencionada no trabalho de Josely. Segundo o estudo, enquanto no Distrito Federal as meninas submetidas à exploração sexual têm entre 10 e 17 anos, em Salvador elas pertencem à faixa etária que vai dos 5 aos 12 anos. “Nesse caso, o viés cultural fica muito claro. Na Bahia, as crianças convivem desde muito cedo com elementos ligados à erotização. Não por acaso, vêm de lá as danças como a da garrafinha”, diz.

A realidade contemporânea, na qual a mídia exerce um papel importante, é outro fator que contribui para esse estado de coisas, no entender da enfermeira sanitária. “A mídia estimula a venda do corpo, principalmente o das mulheres. Quando um comercial de televisão anuncia um automóvel ou telefone celular, o filme invariavelmente apresenta uma mulher sensual ou um homem bonito ao lado dos produtos”, diz. Segundo Josely, a mídia ainda ajuda a promover o que ela chama de estímulo à genitalidade. Não se trata propriamente de um incitamento à sexualidade, que segundo ela é uma questão mais complexa e envolve algum tipo de afeto. “Falo

da genitalidade mesmo, da relação exclusivamente corporal”.

A pesquisadora faz questão de destacar que o fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes não é observado apenas entre as classes menos favorecidas. Ele também corre em outros extratos sociais. “Meninos e meninas de classe média vendem igualmente o corpo para comprar drogas ou roupas de grife”, sustenta. Para piorar a situação, prossegue Josely, tudo isso vem acontecendo num contexto em que as políticas públicas de atendimento a esta parcela específica da população praticamente inexistem. A carência de escolas criativas e acolhedoras, a falta de espaços de lazer e cultura e o número reduzido de programas profissionalizantes e de projetos de inclusão, de acordo com a enfermeira sanitária, criam um ambiente propício à manutenção da exploração sexual desses jovens.

Isso pode ser dimensionado, em algum grau, por meio dos resultados da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instituída em 2004 pelo Congresso Nacional para investigar a exploração sexual de crianças e adolescentes. Na ocasião, os traba-

lhos da CPI resultaram em 543 notícias-crime e na sugestão de indiciamento de 250 pessoas, entre políticos, empresários, magistrados, líderes religiosos e esportistas. Deputados e senadores constaram que o fenômeno, classificado como extremamente complexo, está disseminado em todo o Brasil e não está ligado apenas à pobreza, mas também a aspectos culturais, como apontou o estudo de Josely.

Ainda de acordo com dados da CPI do Congresso, cerca de 50 mil meninas estariam mergulhadas na prostituição infanto-juvenil, número que coloca o Brasil na liderança desse tipo de ranking na América Latina. Em termos internacionais, o país só perde para a Tailândia. As poucas ações de combate a esta tragédia nacional não têm se mostrado eficientes, na opinião de Josely. Historicamente, a estratégia adotada tem como base o binômio denúncia-repressão, cujos resultados apresentam-se como tímidos. A alternativa a esta abordagem talvez esteja nos eixos que orientam as intervenções que estão sendo executadas desde meados do ano passado em Campinas, por meio de um

projeto que conta com a participação de diversos profissionais e instituições.

A metodologia, conforme a enfermeira sanitária, baseia-se nas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ou seja, levam em conta os direitos, a história, as emoções e as aspirações dos meninos e meninas. “Buscou-se um referencial mais humanista para as ações, por meio do qual são repensadas as relações sociais e familiares”, esclarece. Além disso, acrescenta a pesquisadora, a metodologia social promove uma abordagem intersectorial, visando à somatória de recursos e conhecimentos disponíveis. Assim, as crianças e adolescentes são assistidas tendo em vista suas necessidades nas áreas da educação, saúde, cultura, justiça, entre outras. “São trabalhadas, ainda, categorias de direito, feminilidade e amorosidade”, completa. Participam desse esforço as secretarias municipais de Saúde, Cultura, Educação e Assistência Social, além do Conselho Municipal pelo Direito da Criança e Adolescente e várias de suas entidades filiadas. (M.A.F.)